

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. ANÁLISE DA ASSISTÊNCIA NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS SOCIAIS .	14
1.1 QUESTÃO SOCIAL E A RELAÇÃO DE CLASSES	14
1.2 ASSISTÊNCIA: RESGATE HISTÓRICO.....	16
1.3 POLÍTICAS SOCIAIS E ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL.....	18
1.4 POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL: A CARACTERIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	20
1.5 MUDANÇAS NA TRAJETÓRIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL A PARTIR DA CONSTITUIÇÃO DE 1988 E A CONTRA REFORMA NEOLIBERAL.....	23
2. POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	26
2.1 OS AVANÇOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL EM UM CONTEXTO DE UNIVERSALIZAÇÃO DE DIREITOS E RESISTÊNCIA NEOLIBERAL	26
2.2 A POLITICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E O SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	29
2.3 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA E O CRAS.....	31
3. ANÁLISE DA PESQUISA DE CAMPO	34
3.1 BREVE HISTÓRICO INSTITUCIONAL.....	34
3.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	35
3.3 INTERPRETAÇÃO DOS DADOS E ANÁLISE DOS RESULTADOS	36
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	45
REFERENCIAS.....	47

INTRODUÇÃO

É notória a importância histórica que o contexto e o desenvolvimento da assistência social assumiu com o passar dos tempos. Muitos autores respaldam os avanços da mesma como uma das principais conquistas alcançada pelos proletários no âmbito do antagonismo de classes.

Caracterizada de acordo com o período histórico ao qual esta inserida, a assistência social, enfatizando a sua expansão em meio à sociedade, vem conter um prospero campo de contradições no que diz respeito a sua atuação. Marcada, inicialmente, pela alienação aos pobres como ponto principal para o desenvolvimento do capital, sua postura crítica e fundamentada na universalização dos direitos só é vista muito tempo depois de sua gênese. No Brasil, por exemplo, só vem acontecer com as reivindicações trabalhistas na década de 1930 e mais precisamente com a implementação da cidadania e da democracia com a Constituição Federal de 1988.

É no amplo contexto que concentra a assistência social, que se fez necessário o desenvolvimento desta pesquisa. Embasada no âmbito da proteção social e na sua efetividade em meio às necessidades básicas, o estudo vai se desenvolver fundamentado nos estágios supervisionados I e II realizados no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS I do município de Missão Velha – CE, assim como através da análise dos dados obtidos em entrevistas aos usuários do respectivo Centro.

Viabilizando o Programa de Atenção Integral a Família - PAIF, o CRAS em meio a sua atuação deve assegurar a autonomia e a preservação dos vínculos familiares e comunitários por meio de ações de caráter preventivo, tornando-se necessário analisar se estes serviços estão na prática prevenindo situações de vulnerabilidade social, ressaltando a importância que é atribuída à família no meio social.

Portanto, a pesquisa vem possuir como objetivo geral, analisar as principais estratégias utilizadas pelo CRAS I na efetivação da Proteção Social Básica, assim como objetivos específicos intuindo compreender a importância deste centro como equipamento da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), entendendo também como uma política de atenção básica deve promover a cidadania e o fortalecimento dos vínculos familiares em meio a um convívio marcado pela desordem do sistema capitalista, onde boa parcela da

população vivencia uma realidade caracterizada pelas desigualdades sociais, proporcionando uma convivência cada vez mais sujeita a riscos sociais. Seguindo este âmbito, a pesquisa, de acordo com a temática, vem ser desenvolvida em três capítulos.

Resgatando a assistência em seu contexto sócio-histórico, fundamentando seu desenvolvimento em meio à questão social e a relação de classes, o primeiro capítulo é apresentado uma análise acerca da necessidade do surgimento e implementação das políticas sociais, exemplificando modelos como o Estado de Bem Estado Social, que se expandiu com maior ênfase no contexto Europeu, não sendo aceito na conjuntura de caracterização da assistência social no Brasil devido à mudança de sua trajetória a partir da Constituição Federal de 1988 e da contra reforma neoliberal.

É fundamentado neste período, onde a política neoliberal se intensifica ao mesmo momento em que a assistência social busca a universalização dos direitos, que é desenvolvido o segundo capítulo, expondo também os avanços da Assistência Social no campo dos direitos.

Assim sendo, será analisado dentre outros a implementação da Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, o Estatuto do Idoso e posteriormente a aprovação da Política Nacional de Assistência Social – PNAS e do Sistema Único de Assistência Social – SUAS que vem estabelecer as diretrizes fundamentais para execução das proteções sociais em especial a básica. Destinando-se à população que vive em situação de fragilidade decorrente da pobreza, ausência de renda, acesso precário ou nulo aos serviços públicos ou fragilização de vínculos afetivos, mostra-se a necessidade de finalizar este capítulo traçando uma relação acerca da Proteção Social Básica e sua efetividade por intermédio do CRAS.

No terceiro capítulo, fundamentado em informações e dados estatísticos, discorrerá a análise dos dados obtidos com a aplicação dos questionários em meio aos usuários referenciados no CRAS I da cidade de Missão Velha - CE, sendo estes destinatários diretos dos serviços da Proteção Social Básica. Visando ressaltar como os direitos dos cidadãos estão sendo repassados, o presente capítulo mostra a realidade prática e a efetividade das ações profissionais do CRAS I diante as reais necessidades sociais, percebida no bojo da sociedade através das imposições sócio-culturais existentes no município.

Desta forma, a pesquisa desenvolvida terá sua relevância na medida em que busca identificar as estratégias utilizadas pela instituição acima citada na superação dos problemas sociais que assolam a vida de muitas famílias, assim como definir e expor o desenvolvimento dos grupos socioeducativos e assistenciais existentes, dos serviços prestados e a disponibilidade e empenho dos profissionais que compõe o corpo funcional do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS I na resolução dos problemas sociais e familiares encontrados no município e em especial nas áreas de maiores índices de pauperização.

1. ANÁLISE DA ASSISTÊNCIA NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS SOCIAIS

1.1 Questão Social e a relação de classes

Não é de hoje que a desigualdade social e principalmente a pobreza vem fazendo parte constante das civilizações e não obstante dos mais subalternizados. Estes, a muito tempo se vêem em meio a polarização entre ricos e pobres, mas só a partir do primeiro terço do século XIX, respectivamente com o surgimento da industrialização e o crescimento da urbanização que começava a tomar conta da Europa e principalmente da Inglaterra, que esta pobreza passa a crescer a medida em que a riqueza ou capital passa também a se desenvolver.

Surge desde então uma nova realidade, com desdobramentos sócio-políticos caracterizados em sua maioria pela relação Capital e Trabalho, à qual aumentava a concentração dos bens e serviços produzidos. Por outro lado os que estavam no processo de produção além de não terem acesso a esta riqueza, viviam despossuídos e com piores condições de vida. Evidencia-se assim, a condição de exploração da classe trabalhadora e ao mesmo tempo a contestação por melhores condições de vida e de trabalho.

Em consequência ao que vinha acontecendo e com o forte crescimento pelo qual vinha passando o capitalismo surge um conceito novo, mas com ideários já próprios de sua época. Entra em cena a questão social, que pode ser mais bem definida como

“O conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que têm uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos se mantém privada, monopolizada por uma parte da sociedade”. (IAMAMOTO, 1999, p. 27)

Desta forma, o trabalhador se vê cada vez mais inconformado com sua atuação no cenário político, carecendo no âmbito de suas reivindicações de um maior reconhecimento por parte do Estado.

Mas este reconhecimento por parte do Estado vai ser demonstrado a primeiro momento através da coerção, da repressão às lutas dos trabalhadores, impondo-os como caso de polícia.

Já com a chegada do século XX o capitalismo assume uma nova roupagem, novos impactos no mundo de trabalho passam a surgir com o sistema dos monopólios. O nível elevado de trabalhadores ao exercito de reserva devido às inovações tecnológicas que passam a tomar de conta das fábricas, faz com que o Estado passe a intervir no contorno dos antagonismos de classes de uma forma mais estratégica, proporcionando o aparecimento e a implementação das políticas sociais e consequentemente dos direitos trabalhistas e sociais.

No Brasil esse processo de reconhecimento e surgimento da questão social não foi muito distinto. Possuindo uma industrialização mais tardia em relação aos países Europeus, só nos primeiros anos da década de 1930, mesmo tendo emergido com o advento da república e com a substituição da mão-de-obra escrava pela assalariada, é que se tem a questão social, mas associada ao trabalho formal.

A questão social, não muito diferente dos países europeus, se manifestava em prol de melhores condições de trabalho e de vida para a classe proletária. A população operaria na sua maioria era de origem europeia e encontrava-se marginalizada. A carga horária de trabalho era exacerbatante, e cada vez mais a classe trabalhadora, através de seus movimentos operários, exigiam do Estado ações capazes e efetivas no âmbito social, como à implementação de políticas que considerassem seus interesses.

Com receio que a ordem social e o desenvolvimento da burguesia fossem atingido por estes movimentos que vinha crescendo e se organizando cada vez mais, o Estado passa a intervir agora com uma postura alienadora, propiciando o aparecimento do conservadorismo. E o Serviço Social que começava a emergir em meio a este contexto, com suas primeiras escolas, passa a assumir de inicio características ligadas a um teor religioso, agindo em conformidade com o estado, onde o principal objetivo era buscar o bem comum e principalmente o crescimento acelerado do capital.

Esta atuação protecionista e conservadora por parte do Estado vai se desenvolver por um bom período histórico, sendo alvo ainda de muitas indagações e revoltas. As

políticas sociais vão ser ditadas não pelos usuários e subordinados pela questão social, mas sim pelo Estado ou até mesmo pela classe burguesa.

Mas com o advento da democracia e mais especificamente com a constituição federativa do Brasil em 1988, o Estado se vê diante a obrigatoriedade da universalização dos direitos, ao mesmo tempo em que o Serviço Social pautava uma prática não mais conservadora. Condizente ao que vinha acontecendo como advento da década de 1990, a questão social passa a assumir uma face e uma postura política mais influente em meio as relações sociais, proporcionando melhores condições de trabalho e até mesmo de vida, mas não o suficiente para ocasionar uma igualdade social, evidente nos fortes índices ainda existente de uma sociedade desigual.

1.2 Assistência: resgate histórico

Desenvolvendo-se como um produto da civilização na qual está inserida, a assistência é e sempre foi construída a partir de necessidades sociais, seja na antiguidade, onde a ajuda era prestada pelas famílias aos indivíduos pertencentes à mesma tribo ou clã, devido ao vínculo afetivo, aos costumes e as crenças, seja no sistema capitalista, onde a mesma é vista por muitos como uma estratégia do Estado junto à classe mais privilegiada, criando um vínculo entre o bem estar da classe trabalhadora e o desenvolvimento sócio e econômico do capital.

Assumindo posturas diferenciadas com o passar do tempo, a assistência vem ser caracterizada inicialmente como uma ajuda ao próximo, onde a mesma passa a ser oferecida por grupos filantrópicos que foram conformando práticas de ajuda e apoio, guiando-se por uma compreensão de que na humanidade haverá sempre os mais frágeis, os doentes, que não conseguirão reverter sua condição, necessitando de ajuda. Com a civilização Judaico-cristã, a mesma passa a apresentar outra postura, sendo vista dessa forma como expressão de caridade e benevolência, assumindo um caráter ligado a organizações religiosas e conseqüentemente desenvolvida por grupos de voluntários que trabalhavam para corrigir as mazelas sociais já existentes.

Contudo, esse tipo de prática, pautada pela ótica do favor e da benesse, ao invés de produzir a autonomia dos mais necessitados, tornava-os cada vez mais dependentes das esmolas, pois, o objetivo das pessoas que prestavam esse tipo de assistência visava atender apenas ao caráter emergencial das necessidades. "O contexto analítico mostrava a assistência social fundada na concepção funcionalista da sociedade que adotava a noção de carência, marginalização social, do conceito ideal da família, do trabalhador" (SPOSATI, 1991:14).

Mas no decorrer do processo histórico e com a desintegração do sistema feudal, começa a surgir um novo sistema econômico, o capitalismo, que fortalecido pela Revolução Industrial iniciada na Inglaterra, solidifica suas raízes na Europa e em outras regiões do mundo. Marcado pelo anseio em acumular riquezas, esse novo sistema emana um novo processo de produção, onde o a mão de obra humana passa a ser substituída pelas máquinas, proporcionando um agravamento no que se referem à questão social, brotando momentos de crises, instabilidades e ao mesmo tempo impondo vulnerabilidades sócias, generalizando os antagonismos entre burguesia e proletários por todo o mundo, e proporcionando inicialmente a conquistas de direitos em especial os trabalhistas.

Essa apropriação desigual vem causar contradições entre as classes sociais, provocando muita miséria, desemprego, violência, entre outras formas de injustiças que serviram para aguçar o aumento do movimento operário na cena política e social, fazendo com que a burguesia ainda que de forma reservada, reconhecesse a presença política desta classe e os direitos sociais da mesma, ampliando assim o campo de atuação das políticas sociais. Deste modo, percebe-se que ao longo do tempo algumas ações vão sendo incorporadas como responsabilidades públicas e, dentre elas, a assistência.

Isto não significa que o assistencial se constitua um mecanismo que resolva ou dê solução a esse conjunto de problemas nascidos da contradição fundamental da sociedade capitalista (Yasbek: 1993). Não significa, também, que a manutenção alienadora da subalternidade seja a única forma de enfrentamento da questão social pelo Estado. A presença do assistencial nas políticas sociais conforma o usuário, possível gestor, em beneficiário assistido. Com isso, as políticas sociais se prestam a reduzir os problemas mais emergenciais e se constituem em espaço para que o grupo no poder possa, de um lado, conter conflitos e, de outro, responder humanitariamente a situações de agravamento da miséria e espoliação de grupos sociais.

À medida que o Estado se responsabiliza pelas condições nas quais se encontra a força de trabalho, passa a incorporar igualmente a nova técnica social, o Serviço Social, transformando seus profissionais em agentes fundamentais na execução desta área programática. A presença deste técnico introduz procedimentos racionais e voltados diretamente as diretrizes e objetivos do Estado, garantindo a face da justiça social na operação da assistência, que passa a se configurar como mecanismo capaz de amenizar as tensões sociais.

É nesse contexto de compensações sociais, revolução industrial, dificuldades individuais e também de pós-guerra, todos decorrentes deste novo e contraditório período de desenvolvimento da sociedade burguesa ou sistema capitalista, que surge também períodos de grande preocupação para a classe dominante, como os momentos de recessão econômica que passam a acontecer de fato como decorrer do século XX, o qual irá introduzir, por meio dos países mais desenvolvidos, a tentativa de políticas como o New Deal e o Welfare State.

1.3 Políticas Sociais e Estado de Bem-Estar Social

Com a chegada do século XX, a sociedade começa a se deparar em meio a situações até então inéditas para o sistema capitalista. Ao contrario do que foram os venturosos anos 1920, onde o consumismo proporcionou um gradativo desenvolvimento do capital, a década de 1930 começa a sentir colapsos do pior e mais longo período de recessão econômica até então vivido. Marcado pelo declínio da produção industrial, este momento da história econômica e social vivenciada principalmente pelos países de capitalismo avançado, vai ser denominado de A Grande Depressão ou de A Crise de 1929.

Em contrapartida a este acontecimento, pode-se perceber que através das soluções buscadas no campo social pelos países mais atingidos, elevou-se o desenvolvimento do conceito de cidadania, o qual proporcionou uma mudança substantiva no emprego e atuação das políticas sociais nos países capitalistas. Em boa parte da Europa, estas políticas sociais, foram construídas através do Welfare State a partir do segundo pós-guerra, que preconizava o social como um investimento e não como remediadora da pobreza. Apesar

de opiniões distintas acerca de sua funcionalidade em meio ao social, esse sistema começa a se exaurir no final dos anos 1960, não deixando de existir em outros países até os dias atuais.

Sem adentrar mais profundamente acerca do respectivo assunto, torna-se necessário esclarecer, segundo Potyara, que embora mantenham estreita afinidade, política social e Welfare State não são sinônimos.

“(...) a política social antecede e transcende o Estado de Bem-Estar. Isto é, a política social tem origem e desenvolvimento separados dos do Estado de Bem-Estar, embora durante o auge da realização deste – entre os anos de 1945-1975 – ela também tenha vivido os seus melhores momentos”. (p.18)

No Brasil, por volta das décadas de 1970 e 1980, o social vivenciava uma história de repressão e lutas sociais em torno da instauração de uma democracia que viesse proporcionar condições mais dignas de vida e de direitos. O descontentamento da classe trabalhadora era evidente através de protestos e lutas que a certo modo trazia conseqüências negativas para o desenvolvimento do capital e da burguesia. Com isto, o Estado brasileiro busca se aproximar ao Estado de Bem-Estar Social, na tentativa de satisfazer algumas demandas da população desprotegida, mas desde o início não é possível, posto que o Brasil não considere os gastos com política social como investimento. Desta forma o país continua a manter uma prática mais voltada ao assistencialismo, onde o principal objetivo se define em amenizar ou alienar a pobreza, buscando sempre o bem econômico e não o bem comum.

Nesta linha, Sposati afirma que

“a política social é um mecanismo que o Estado utiliza para intervir no controle das contradições que a relação capital-trabalho gera no campo da reprodução e reposição da força de trabalho, ou, ainda, que cumpre uma função ideológica na busca do consenso a fim de garantir a relação dominação-subalternidade e, intrinsecamente a esta, a função política de alívio, neutralização das tensões existentes nessa relação”.

Este ideário só começa a ser mudado ou reformulado com a Constituição de 1988, que a primeiro momento demonstra condições de proporcionar a universalização das políticas sociais no Brasil, não fossem a subordinação econômica ao FMI e conseqüentemente as regras do Consenso de Washington. Novos conflitos são permeados e colocados em discussão na década que se segue, fazendo definitivamente com que ocorra a crise ao Estado de Bem Estar social antes mesmo que ele pudesse ser, de fato, implementado, deixando bem claro que apesar de tantas aproximações, o mesmo nunca chegou a existir no Brasil.

1.4 Políticas Sociais no Brasil: a caracterização da assistência social

Voltando aos efeitos da crise de 1929 no Brasil, foi possível verificar uma aproximação, mesmo que com outras características, ao que vinha acontecendo com os países de capitalismo avançado. Possuindo uma economia até então baseada na exportação do café, está, com a paralisia do mercado mundial, vai se tornando vulnerável econômica e politicamente. Assim, aquelas oligarquias que vinham se encontrando economicamente em segundo plano como, a do gado, do açúcar e outras, aproveitam as circunstâncias para alterar a correlação de forças, diversificando a economia brasileira. O setor industrialista, não menos importante, também chega de forma bastante preponderante ao poder político. E com o apoio dos segmentos militares, bem como das bases sociais mais populares, surge à principal liderança de todo esse processo decorrente na década de 1930, Getúlio Vargas.

Sendo este período caracterizado pelas expressões radicalizadas da questão social, enfrentadas na forma de greves e mobilizações, tornava-se pendente a regulamentação do trabalho e o enfrentamento desta questão social, até então vista exclusivamente como questão de polícia.

“Nesse sentido, se o governo Vargas enfrentou também com a polícia os camponeses mais radicalizados do movimento operário nascente, em especial após 1935, ele soube combinar essa atitude com uma forte iniciativa política: a regulamentação das relações de trabalho no país, buscando transformar a luta de classes em colaboração de classes, e o impulso à construção do Estado social, em sintonia com os processos

internacionais, mas com nossas mediações internas particulares”. (Behring, 2006; p. 106)

Ocorrendo aproximadamente entre os anos de 1930 e 1943, esse esforço inicial vem dar base de sustentação para a caracterização da assistência social no Brasil, sendo esta atitude transitada ao mesmo tempo em que estavam sendo implementadas as primeiras escolas de Serviço Social no Brasil, além do Conselho Nacional de Serviço Social em 1938. Esse período vem ser definido como os primeiros passos ou os anos de introdução da atuação das políticas sociais no país.

É notável que o Estado brasileiro começa a se desenvolver o campo social, tendo como primeiros indícios: a criação do Ministério do Trabalho e da Carteira de trabalho, respectivamente em 1930 e 1932; criação dos Institutos de Aposentadorias e Pensões – IAPs em 1933; entre outros.

Em relação à assistência social, Draibe e Aureliano (1989) consideram que é difícil estabelecer com precisão o âmbito específico dessa política no Brasil devido ao caráter fragmentado, diversificado, desorganizado, indefinido e instável das suas configurações. No entanto, uma certa centralização se inicia, em âmbito federal, com a criação da Legião Brasileira de Assistência (LBA), em 1942.

“(…) criada para atender as famílias dos pracinhas envolvidos na Segunda Guerra, era coordenada pela primeira-dama, Sra. Darci Vargas, o que denota aquelas características de tutela, favor e clientelismo na relação entre Estado e sociedade no Brasil, atravessando a constituição da política social. Posteriormente, a LBA vai se configurando como instituição articuladora da assistência social no Brasil, com uma forte rede de instituições privadas conveniadas, mas sem perder essa marca assistencialista, fortemente seletiva e de primeiro-damismo, o que só começará a se alterar muito tempo depois, com a Constituição de 1988”. (Behring, 2006; p. 108)

O país passa a ser marcado pela intensificação das lutas de classe, onde os mais oprimidos economicamente lutavam por melhores condições de vida. Mas por consequências das atitudes ou processos passados, estes se depararam com um período de intensas turbulências e agravamento das condições sociais com o fim do Governo Vargas.

O Brasil tinha se tornado mais urbanizado e necessitava de um sujeito político que fortalecesse este desenvolvimento.

Isso só veio acontecer alguns anos depois, no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) e seu plano de metas 50 anos em 5. Abrem-se as portas para o capital estrangeiro e para o adensamento da dívida externa, e como se não fosse o bastante, os índices de antagonismos sociais também aumentam significativamente, em especial pelo aumento do desemprego em resposta a substituição da mão-de-obra humana pela industrializada. “Nesse período, também crescem as tensões no campo, com a organização das ligas camponesas, em função da inexistência de uma reforma agrária consistente e da imensa concentração de terra”.

A assistência social se via ligada mais ao eixo dominante do que as classes subalternas. Ou seja, alienavam os trabalhadores em prol de um maior desenvolvimento da produção e conseqüentemente do capital acumulado. Para a burguesia, quanto menos revoluções ou insatisfações existissem, menos tempo perdiam e mais produziam. Além disso, a política social não se encontrava em seus melhores momentos. Com isso, é importante destacar que muitos autores e historiadores afirmam que desta instabilidade social, política e econômica, resultaram a renúncia de Jânio Quadros assim como o golpe militar de 1964 que depôs João Goulart, ocorrendo uma significativa mudança na relação das forças presentes no cenário político.

Instaura-se a Ditadura Militar, marcada pela repressão política aos opositores deste regime, sendo estes simpatizantes das idéias comunistas, vem caracterizar mais preponderantemente a assistência como conservadora, classista e impossibilitada de lutar pelos direitos dos menos favorecidos ou vulnerabilizados. Características essas que começam a assumir outra roupagem com a institucionalização da democracia no Brasil e com a implementação da Constituição Federal de 1988, onde as políticas sociais, devido a assistência integrar agora o tripé da seguridade social, encontra campo fértil para desenvolverem a efetivação e universalização dos direitos sociais como dever do Estado e direito do cidadão, mesmo em contexto não muito favorável como o neoliberal, que será abordado em seguida.

1.5 Mudanças na Trajetória da Assistência Social a Partir da Constituição de 1988 e a Contra Reforma Neoliberal

A Constituição Federal de 1998, segundo a mesma, possui a finalidade de assegurar diversas garantias constitucionais, com o objetivo de dar maior efetividade aos direitos fundamentais, permitindo a participação do Poder Judiciário sempre que houver lesão ou ameaça de lesão a direitos. A partir de sua implementação, não só a sociedade, mas muitos outros eixos sociais, econômicos e políticos passaram a assumir outra roupagem.

A assistência social em especial, passou a configurar-se como política pública integrante do tripé da Seguridade Social junto das políticas de saúde e previdência. Assim, em um contexto de grande mobilização democrática e exigência de práticas inovadoras na área social, tem início uma intensa discussão para a formulação de uma política pública de Assistência Social, constitucionalmente assegurada.

Afirma Sposati (2004, p.42), que a Assistência Social, garantida na CF/88 contesta o conceito de “(...) população beneficiária como marginal ou carente, o que seria vitimá-la, pois suas necessidades advêm da estrutura social e não do caráter pessoal” tendo, portanto, como público alvo os segmentos em situação de risco social e vulnerabilidade, não sendo destinada somente à população pobre.

Essa postura apresentada por Sposati vai se desenvolver conseqüentemente em meio a um processo de contra reforma do Estado, iniciado na década de 1990, e redirecionamento das conquistas de 1988. Vinda do governo Collor, esta contra reforma neoliberal vem ganhar maior ênfase no governo de Fernando Henrique Cardoso, perpetuando-se até os dias de hoje. Visando a adaptação do país aos padrões internacionais favoráveis ao acúmulo e reprodução do capital, este processo vai gerar a individualização dos sujeitos e reafirmação de um Estado de classes.

Mesmo diante de tantas conquistas no âmbito assistencial (ECA, LOAS, entre outros), na prática não é isso que se vê. As desigualdades sociais, a violência retratada de vários tipos, as vulnerabilidades ainda persistem, assim como o desenvolvimento do capital e da classe burguesa. Ocorre um desgaste no âmbito da cidadania, onde os sujeitos passam de cidadãos para consumidores. De acordo com Marshall “o cidadão deve participar

integralmente na comunidade política e ter acesso ao bem-estar e segurança social advindos dessa participação”. Isso se daria por meio dos direitos alcançados e através de instituições que garantam o exercício desses direitos. Porém, com a mercantilização dos direitos sociais, o cidadão passa a pertencer à outra categoria, a de clientes ou de consumidores, buscando esses produtos no mercado privado e não mais como uma política exercida pelo Estado (MOTA, 1995).

Em relação ao desenvolvimento das políticas públicas e sociais no decorrer do governo Collor até a atualidade, Behring afirma que:

“A reforma, tal como foi conduzida, acabou tendo um impacto pífio em termos de aumentar a capacidade de implementação eficiente de políticas públicas, considerando sua relação com a política econômica e o bom da dívida pública. Houve uma forte tendência de desresponsabilidade pela política social – em nome da qual se faria a reforma -, acompanhada do desprezo pelo padrão constitucional de seguridade social”. (p.155)

Portanto, se for possível analisar na esfera da vida real, por mais que se afirmem os direitos sociais ou a cidadania, estes se encontram extremamente limitados, dada a perpetuação do direcionamento neoliberal à política econômica, com o consequente resultado de se produzir uma política social pobre para os pobres, assumindo características seletivas e compensatórias, possivelmente percebida na atuação profissional do Serviço Social ou de qualquer outra área ligada ao assunto.

Neste contexto de degradação ao invés do desenvolvimento da assistência social, outros fatos merecem espaço em contrapartida ao que vinha acontecendo. Como objetivo de tornar a política social verdadeiramente capaz de atuar no campo ideológico das vulnerabilidades existentes, muitos foram os esforços em meio a tantos governos e tantas desordens. Dentre esses esforços, alguns resultaram em vitórias significativas, ante os que já foram aqui citadas, outros do mesmo modo merecem destaque, como a aprovação da primeira Norma Operacional Básica (1997), ainda no governo FHC, que conceituou o sistema descentralizado e participativo da política de Assistência Social, assim como a aprovação da PNAS e a construção do SUAS, após um movimento de discussão nacional em 2004, já no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, fazendo-se necessário consequentemente em 2005, a edição de uma nova Norma Operacional Básica.

Diante do exposto é possível afirmar que no Brasil, a década de 1990 significou uma verdadeira vitória para o capital financeiro, a despeito do empobrecimento contínuo

da classe trabalhadora. O governo Lula, que historicamente tem suas raízes fincadas em bandeiras democrático e populares, foi coerente, no campo da Assistência Social, mas, contraditoriamente, permanece com ações dicotômicas, que separam a política social da política econômica, proporcionando lucros recordes ao capital financeiro, e, com isto, subordina os direitos sociais à lógica mercantil, evidenciando que mesmo vivendo em uma sociedade democrática e efetivada sobre a construção de direitos, pouco se percebe em relação a uma verdadeira mudança prática na atuação das políticas sociais.

Adentrando mais profundamente o âmbito da Política de Assistência Social, no próximo capítulo, será abordado uma análise acerca dos avanços da assistência com a implementação da Política Nacional de Assistência Social e o Sistema Único de Assistência Social, enfatizando dentre outros assuntos o desenvolvimento e a efetivação da Proteção Social Básica Pelo CRAS.

2. POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2.1 Os Avanços da Assistência Social em um Contexto de Universalização de Direitos e Resistência Neoliberal

Em um mundo social marcado pela subordinação ao capitalismo e as políticas neoliberais, propiciando um aprofundamento nos traços de miséria e pauperização, pensar as políticas sociais de um modo geral e, de modo particular, a política de assistência social na realidade brasileira, supõe pensá-las em um contexto de contradições, como foi exposto no capítulo anterior, onde a relação entre o capital e o trabalho provocou problemas sociais até então sofridos pela sociedade, residindo na produção coletiva de riqueza e sua apropriação privada.

Conforme Vieira (1992, p. 22), “a política social é uma maneira de expressar as relações sociais cujas raízes se localizam no mundo da produção”, e no Brasil essas raízes vão ser caracterizadas com maior efetividade a partir da década de 1930, onde a industrialização se desenvolvia e ao mesmo tempo gerava uma desigualdade social cada vez maior. Em contrapartida, é nesta mesma década que a assistência social passa a ter sua primeira grande regulação, isso acontece com a instalação do Conselho Nacional de Serviço Social - CNSS em 1938, que vem anteceder muitos outros desdobramentos no âmbito das políticas sociais como a LBA, o Ministério da Previdência e Assistência Social – MPAS e não muito distante o fortalecimento dos movimentos sociais, que

“devem ser vistos, também (neles, é claro, os seus agentes), como produtores da história, como forças instituintes que, além de questionar o estado autoritário e capitalista, questionam suas práticas, a própria centralização/burocratização tão presente nos partidos políticos”. (RESENDE, 1985, p.38)

Segundo o MDS, só a partir da constituição de 1988 que a assistência social, composta por programas, projetos, serviços e benefícios que devem ser prestados pelo Estado e, de modo complementar, pelas entidades de assistência social, passa a integrar o Sistema de Seguridade Social, como política não contributiva. Portanto, daria pra perceber

que na íntegra a mesma passa a ser um direito do cidadão e dever do Estado. Porém, é possível percebê-la ainda como

(...) plena de ambiguidades e de profundos paradoxos. Pois se, por um lado, os avanços constitucionais apontam para o reconhecimento de direitos e permitem trazer para a esfera pública a questão da pobreza e da exclusão, transformando constitucionalmente essa política social em campo de exercício de participação política, por outro, a inserção do Estado brasileiro na contraditória dinâmica e impacto das políticas econômicas neoliberais, coloca em andamento processos articuladores, de desmontagem e retração de direitos e investimentos públicos no campo social, sob a forte pressão dos interesses financeiros internacionais. (YASBEK, 2004, p.24)

A assistência social se via diante um contexto político não muito favorável para seu desenvolvimento, o Brasil passava por uma fase de privatizações, onde a dívida externa aumentava de forma significativa, causando uma forte recessão econômica e, conseqüentemente o aumento do desemprego, do trabalho informal, além de conflitos sociais, flexibilização dos direitos trabalhistas, precariedade e, mesmo, desmonte dos sistemas de seguridade social, de saúde e de educação.

Este contraditório período de implementação constitucional da democracia e universalização de direitos em meio a um contexto neoliberal não favorável a este desenvolvimento, faz com que o processo de acumulação capitalista produza o trabalhador disponível para o capital, uma população sempre maior do que as reais necessidades da acumulação. O resultado é a produção de uma classe trabalhadora diversificada na sua forma de inserção na produção, mas que tem em comum o fato de sua sobrevivência depender da venda da sua capacidade de trabalho, o que por sua vez depende das demandas do capital. O resultado é a produção da pobreza, originada nos baixos salários dos que se encontram incluídos no mercado de trabalho formal e as mais diferentes situações de inclusão precarizada ou subordinada para a grande parcela que não consegue existir para o capital.

Deste modo, em consonância com a atual realidade e buscando a obtenção de uma nova roupagem, a assistência social, a partir de 1993 passa a ser regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, que vem estabelecer a diretriz de descentralização político-administrativa, transferindo para os Estados e municípios o comando das ações relacionadas à assistência social, inserindo-a assim no sistema de bem-estar social brasileiro e buscando dentre outros objetivos a universalização dos direitos, mesmo que sua atuação, como por exemplo no que se refere aos Benefícios de Prestação Continuada -

BPC, muitas vezes seja realizada de forma seletiva, onde é observado primeiramente se o idoso ou deficiente estão realmente em extrema condição de miserabilidade e pobreza.

Trata-se, portanto, de um direito que para ser garantido a todo indivíduo, torna-se necessário que os mesmos estejam em estado de privação ou impossibilitados de prover imediatamente a sua subsistência, fazendo com que apenas os indivíduos que na situação concreta necessitam de proteção, serão protegidos, fugindo do princípio da isonomia que afirma sermos todos iguais independentemente da natureza.

Desta forma, pode-se afirmar que, esta seletividade imposta e conseqüentemente a distributividade dos benefícios e serviços na assistência social, mostra-se falho ao contrariar o ideal igualitário, portanto, universalizante, daqueles que esperam que todas as pessoas que necessitarem obterá proteção assistencial. A redistribuição deveria ser feita de forma a abarcar no âmbito protetivo o maior número de pessoas carentes do mínimo vital, o que não ocorre ao se acobertar apenas aqueles que vivem com menos de ¼ de salário mínimo, critério este que não atinge o ideário da ordem social, qual seja, o alcance do bem estar e justiça social.

Nota-se, através destas ações e de outras caracterizadas como fragmentadas e emergenciais, que a assistência social desqualifica aquele que recebe, pois, segundo o pensamento neoliberal, todos devem ser capazes de prover o seu próprio sustento e de sua família, sendo merecedores de ajuda àquelas pessoas tachadas como incapazes temporariamente ou permanentemente. Assim,

“... a condição de usuários de programas assistenciais é marcada por um conjunto de estigmas. São marcas que desqualificam, submetem (...). (...) Trata-se de uma submissão construída a partir de uma cadeia de necessidades e humilhações...” (YASBEK, 1993:149)

É nesse contexto de contrariedades em relação ao desenvolvimento da assistência social no Brasil, que são implementadas e executadas no decorrer da década de 1990 e 2000 ações fundamentadas em novas conquistas na área social como o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA e posteriormente o Estatuto do Idoso.

Garantindo a efetivação dos direitos da criança e do adolescente, o E.C.A. vem sofrer resistências por setores da sociedade, como a presença do pensamento da benemerência e pelo agravante de ser operacionalizado ainda por uma sociedade conservadora. Desta forma, o mesmo vem objetivar a alteração desta posição, atribuindo à

criança e ao adolescente direitos individuais, políticos e sociais que deverão ser assegurados pela família, pela sociedade e pelo Estado.

Com a chegada de um novo século, surge também o Estatuto do Idoso que, sancionado em 2003 passa a entrar em vigor a partir de janeiro de 2004, ano este de grande relevância para a assistência social com a implementação também da PNAS como será abordado no próximo tópico.

2.2 A Política Nacional de Assistência Social e o Sistema Único de Assistência Social

Em um período de mudança na trajetória da assistência social, onde se via a necessidade de ruptura com a tradição de favores políticos e caridades, é aprovada a nova Política Nacional de Assistência Social em 2004, proporcionando para a assistência social uma nova forma de atuar diante a questão social existente. Sintonizada com a universalização dos direitos sociais, esta política vem, dentre outros objetivos, estimular a articulação entre distribuição de renda, trabalho social e projetos de geração de renda. Neste contexto surge também a perspectiva de universalização do Sistema Único da Assistência Social – SUAS, verificando assim que a Política de Assistência Social vem avançando muito rapidamente em sua “regulação pelo estado, na definição de seus parâmetros, padrões, prioridades”. (CARVALHO, 2005, p.1)

É possível ressaltar como sendo alguns aspectos positivos deste novo contexto, mais respectivamente de implementação da nova PNAS, a incorporação das demandas da sociedade na área da assistência social, a inovação em trabalhar com a noção de território, a centralidade da família e de sua proteção e, sobretudo, pela perspectiva de constituição do SUAS, que segundo seus eixos estruturantes, vem ser dividido, na efetivação da proteção social, em duas modalidades de proteção: básica e especial

Entende-se por Proteção Social as formas

“institucionalizadas que as sociedades constituem para proteger parte ou conjunto de seus membros. Tais sistemas decorrem de certas vicissitudes da vida natural ou social, tais como a velhice, a doença, o infortúnio, as privações. (...) neste conceito, também, tanto as formas seletivas de distribuição e redistribuição de bens materiais (como a comida e o dinheiro), quanto aos bens culturais

(como os saberes), que permitirão a sobrevivência e a integração, sob várias formas na vida social. Ainda, os princípios reguladores e as normas que, com intuito de proteção, fazem parte da vida das coletividades”. (Di Giovanni 1988:10)

Desse modo, a PNAS afirma que a assistência social configura-se como possibilidade de reconhecimento público da legitimidade das demandas de seus usuários e espaço de ampliação de seu protagonismo.

Para isso, o SUAS – Sistema Único de Assistência Social, cujo modelo de gestão é descentralizado e participativo, vem definir e organizar os elementos essenciais e imprescindíveis à execução desta política assistencial, possibilitando a normatização dos padrões nos serviços, qualidade de atendimento, entre outros.

Para Aldáiza Sposati, “trata das condições para a extensão e universalização da proteção social aos brasileiros através da política de assistência social e para a organização, responsabilidade e funcionamento de seus serviços e benefícios nas três instâncias de gestão governamental”.

Assim sendo, as ações da assistência social no SUAS são organizadas em dois tipos de proteção, básica e especial, e desenvolvidas ou coordenadas pelas unidades públicas: Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS).

Focando a família em meio às vulnerabilidades existentes, a Proteção Social Básica será mais bem detalhada e exemplificada no próximo tópico, onde será aproximado de seus objetivos de atuação junto ao CRAS.

Já no âmbito da proteção social especial, esta vem priorizar a reestruturação dos serviços de abrigamento dos indivíduos que, por uma série de fatores, não contam mais com a proteção e o cuidado de suas famílias, para as novas modalidades de atendimento. A história dos abrigos e asilos é antiga no Brasil. A colocação de crianças, adolescentes, pessoas com deficiência e idosos em instituições para protegê-los ou afastá-los do convívio social foi, durante muito tempo, concretizada em grandes instituições de longa permanência, ou seja, espaços que atendiam a um grande número de pessoas que lá permaneciam por um longo período, às vezes a vida toda. São chamados, popularmente, como orfanatos, internatos, educandários, asilos, entre outros.

Conforme a Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004), a Proteção Social Especial

“é a modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontra em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abusos sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas sócio-educativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outros. (...) Assim, os serviços de proteção especial têm estreita interface com o sistema de garantia de direito exigindo, muitas vezes, uma gestão mais complexa e compartilhada com o Poder Judiciário, Ministério Público e outros órgãos e ações do Executivo”.

Seguindo este raciocínio, de acordo com o MDS, os serviços desse tipo de proteção podem ser organizados com base local, em municípios com maior incidência da violação dos direitos; por meio de serviços de referência regional, coordenado e executado pelos estados; ou por intermédio de consórcios públicos entre os municípios. No caso da proteção social especial, há dois níveis de complexidade: média e alta.

Neste panorama, os serviços de média complexidade se referem ao atendimento às famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos. Organizados nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), os mesmos são ofertados socioassistencialmente, demandando acompanhamento individual e maior flexibilidade nas soluções protetivas.

Já os serviços de proteção social especial de alta complexidade são aqueles que de uma forma ou de outra possam garantir proteção integral, sendo estes definidos basicamente como moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para famílias e indivíduos que se encontram sem referência ou em situação de ameaça, necessitando ser retirado do convívio familiar e comunitário.

2.3 Proteção Social Básica e o CRAS

Família e comunidade são consideradas pela PNAS como eixos estruturantes da sociedade. Assim, todas as pessoas, das crianças aos idosos, mulheres e homens, com deficiência ou não, possuem necessidades, maiores ou menores. Igualmente, as famílias que as formam e as comunidades que as abrigam também guardam necessidades e demandam atenção integral do Estado.

Neste âmbito as ações de proteção da assistência social, passam a ser prestadas de forma integrada e articulada entre si e com outras políticas sociais e estruturadas para atingir a universalidade da cobertura das necessidades e do atendimento de todos que dela necessitarem.

Desta forma, a Proteção Social Básica tem como foco a família e os indivíduos que vivem em condições de vulnerabilidade social, que se manifesta através da situação de pobreza, ausência de renda, precário acesso aos serviços públicos, fragilização dos vínculos afetivos, entre outros. Tem assim, o atendimento as famílias como prioridade, através de programas de atenção integral a família, geração de trabalho e renda, centro de convivência para idoso e serviços de atendimento para crianças.

Prevendo o desenvolvimento de serviços, programas e projetos locais de acolhimento, convivência e socialização de famílias e de indivíduos, conforme identificação da situação de vulnerabilidade apresentada, a Proteção Básica vai configurar os Centros de Referência de Assistência social – CRAS, como sendo responsável em suas ações em parceria com a rede de serviços socioassistenciais, buscando se integrar com outras políticas sociais.

Caracterizando-se como uma unidade pública da política de assistência social, de base municipal, integrante do SUAS, o CRAS vem localizar-se em meio as regiões mais pobres das cidades, voltadas para atendimento socioassistencial, não esquecendo também que o mesmo deve organizar a vigilância da exclusão social de sua área de abrangência, em conexão com outros territórios.

Os CRAS são unidades de referência que congregam serviços da atenção social básica tais como o Programa de Atenção Integral à Família – PAIF, que segundo o MDS

“expressa um conjunto de ações relativas à acolhida, informação e orientação, inserção em serviços da assistência social, tais como: socioeducativos e de convivência, encaminhamentos a outras políticas, promoção de acesso à renda e, especialmente, acompanhamento sociofamiliar.”

Desta forma, temos no CRAS, de acordo com Patrus Ananias (Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome), um espaço fundamental para desenvolver ações complementares do Bolsa Família e estabelecer as devidas interfaces com o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e com programas de inclusão produtiva, geração de trabalho e renda, dentre outros.

Portanto, é através deste respectivo centro de referencia que a Proteção Social Básica da assistência social se territorializa e se aproxima da população, reconhecendo a existência das desigualdades sociais e a importante presença de políticas sociais para reduzir essas desigualdades, pois previnem situações de vulnerabilidade e risco social, bem como identificam e estimulam as potencialidades locais, modificando a qualidade de vida das famílias e aumentando o protagonismo de seus membros que vivem nessas localidades.

Assim, os Centros de Referência de Assistência Social, passam a ter a finalidade de contribuir para o aprofundamento do reconhecimento da Assistência Social como um direito. No entanto, é importante destacar que para a concretização dessa possibilidade é necessário o compromisso dos profissionais que atuam nesse espaço, e a qualificação teórica e política que possibilite o conhecimento das contradições que marcam o CRAS. Pois, é preciso registrar que a Política de Assistência Social assim como as demais políticas sociais no sistema capitalista possui limites, e que nessa ordem onde impera o lucro e a submissão do homem ao capital, as medidas de proteção social postas em prática pelo o Estado burguês não alteram a contradição e a desigualdade, apenas amenizam este processo tão transparente em nossa sociedade.

No mais resta saber como esta Proteção Social Básica, através do CRAS I, é efetivada no município de Missão Velha – CE, ressaltando as suas consequências e principalmente os benefícios que vem proporcionar à população, enfatizando também, em contrapartida ao já exposto, os desafios e falhas que possam vim acontecer em meio a atuação profissional. Discursão está que será traçada e analisada no decorrer do próximo capítulo.

3. ANÁLISE DA PESQUISA DE CAMPO

3.1 Breve histórico institucional

Embasado nos estágios supervisionados I e II, a respectiva pesquisa desenvolve um estudo que antes de ser analisado com mais afinco, torna-se necessário uma breve apresentação acerca das características e do contexto institucional vivenciado pelo CRAS I de Missão Velha – CE desde sua implementação.

Passando por muitas mudanças quanto a sua estrutura física e quanto ao corpo funcional, o CRAS I vem sofrendo dentre outras consequências, dificuldades quanto a sua territorialização e também quanto à propagação de suas ações. Implementado no dia 30 de dezembro de 2006, o mesmo, podemos dizer só veio ter uma estrutura física e adequada a suas necessidades a partir de janeiro deste ano, onde passou a localizar-se na Rua 11 de Julho, Bairro da Fé, abrangendo a todos em seu território mais próximo, bem como as famílias residentes nos bairros circunvizinhos. Até então, o mesmo vinha encontrar-se na Avenida José Sobreira da Cruz, 492, Bairro Maternidade.

Co-financiado pelas três esferas de governo, o CRAS I vem possuir 3500 famílias referenciadas e capacidade de atendimento anual de 750 famílias. Intuindo a resolução desta meta, o corpo funcional, atualmente, vem ser formado por um coordenador, duas assistentes sociais, uma auxiliar administrativa, um psicólogo, duas agentes sociais e dois vigias, proporcionando atendimento das 08h00min da manhã até as 17h00min da tarde, de segunda a sexta-feira.

Portanto, prezando pela segurança da vivência familiar e do convívio comunitário e buscando soluções e estratégias que possam de certo modo amenizar o índice de vulnerabilidade e desigualdades vivenciadas no município, o CRAS I vem prestar dentre outros serviços à oferta de procedimentos profissionais em defesa dos direitos humanos e sociais e dos relacionados às demandas de proteção social de assistência social, além do

acompanhamento familiar e de encaminhamentos como, por exemplo, para inserção de potenciais beneficiários do Bolsa Família no CadÚnico e no BPC.

Perante isto, esta instituição vem ser caracterizada como uma das principais responsáveis pela política de atenção básica no município, atuando mediante as redes intersetoriais.

3.2 Procedimentos metodológicos

Motivado pela perspectiva da construção de conhecimento, a realização do respectivo estudo foi fundamentado na utilização de métodos, classificados como quantitativos e qualitativos (RICHARDSON: 2008). Neste sentido, para que não haja dúvidas quanto à metodologia empregada, é importante destacar que “o conjunto de dados qualitativos e quantitativos não se opõe, ao contrário se complementam, pois a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia” (MINAYO: 2004, 22).

Na empregabilidade destes métodos, e na ânsia de analisar as inquietações adquiridas, mostrou-se necessário ao desenrolar do estudo, o desenvolvimento de uma entrevista intuindo um aprofundamento mais detalhado quanto à efetivação, na prática, da Proteção Social Básica pelo CRAS I. Assim, diante a atual fase de territorialização como já foi exposto devido às mudanças quanto à estrutura física, tornou-se difícil abranger um público mais amplo para o desenvolvimento desta pesquisa. Desta forma, mesmo estimando um número maior, foram desenvolvidas 15 entrevistas num período de dois dias com os usuários cadastrados no CRAS I, focando principalmente aqueles que moram nas proximidades de sua localização.

Com relação à estrutura da entrevista, pode-se classificá-la em diversos tipos de acordo com o contexto ao qual vai ser empregada. No caso deste estudo, será utilizada a entrevista semi-estruturada, pois é a que melhor atende aos objetivos propostos.

Neste sentido, pode-se dizer que a entrevista semi-estruturada é guiada por uma relação de questões de interesse, tal como um roteiro, que o investigador vai explorando ao

longo de seu desenvolvimento (GIL: 1999). Triviños (1992) contribui com o tema quando afirma que a entrevista semi-estruturada parte de alguns questionamentos básicos, apoiados por teorias que interessam à pesquisa, e que, logo após, surge outras interrogativas à medida que se recebem as respostas dos informantes.

Deste modo, esta entrevista valoriza não somente a presença do investigador, como também oferece maiores perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessárias, enriquecendo a investigação, sendo que, este tipo de técnica reúne características importantes que consideram a participação do sujeito como um dos elementos de seu fazer científico (TRIVIÑOS: 1992).

Contudo, além da utilização de tais processos já citados, capta-se também a empregabilidade e desenvolvimento de outros meios ou técnicas de igual importância, como a utilização da pesquisa bibliográfica, um dos passos iniciais na construção do estudo, levando-se em conta autores como Behring, Garcia, dentre outros.

Não menos relevante, foi realizada também, em meio aos períodos de estágios supervisionados I e II, uma observação participante, lembrando que “a observação, sob algum aspecto, é imprescindível em qualquer processo de pesquisa científica, pois ela tanto pode conjugar-se a outras técnicas de coleta de dados como pode ser empregada de forma independente e/ou exclusiva” (RICHARDSON: 2008, p.259). Neste contexto, (LAKATOS: 2005) afirma que a observação participante em si, consiste na participação real do pesquisador com a comunidade ou grupo. Ele se incorpora ao grupo, confunde-se com ele. Desta forma, fica tão próximo quanto um membro de um grupo ou como um usuário dos serviços, participando até das atividades normais destes.

3.3 Interpretação dos dados e análise dos resultados

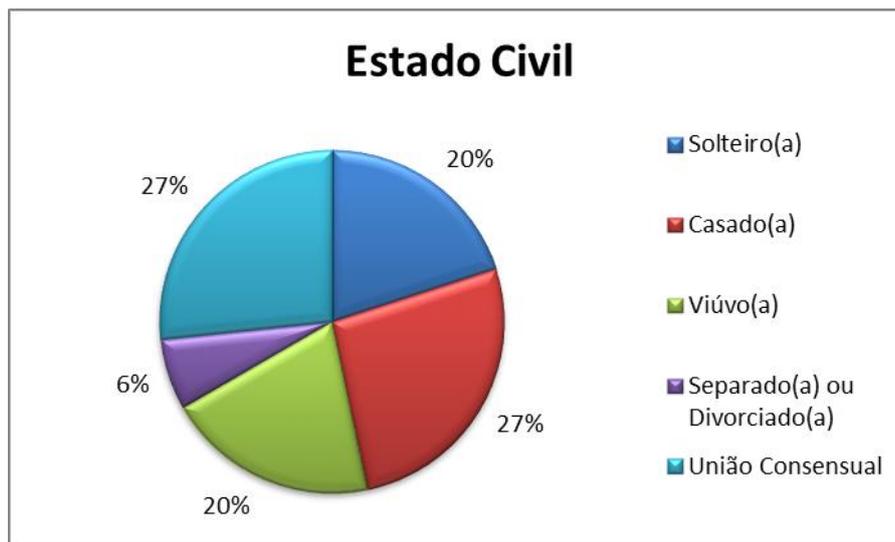
Executadas com pessoas pertencentes a uma faixa etária entre 19 e 59 anos de idade, as entrevistas mostraram ser de grande relevância para a continuação do estudo, ressaltando que a análise da mesma traz respostas às inquietações procedidas na observação participante.

Em uma sociedade marcada por fortes diferenças econômicas e sociais, o que se pode ver é que na prática a muito que se fazer. O artigo 5º da Constituição Federal diz que todos são iguais perante a lei sem distinção de qualquer natureza. Sendo assim todos possivelmente podem e devem usufruir dos mesmos direitos. Mas, de certa forma, não é o que aparente acontecer. Quando se fala em política de assistência social no município de Missão Velha – CE, muito se percebe acerca das questões de gênero. Segundo a pesquisa desenvolvida, a qual se direcionava a uma parcela dos usuários do CRAS I aleatoriamente, apenas 27% dos entrevistados eram do sexo masculino, o que faz perceber a carência de mais ações voltadas a este público e muitas vezes o desinteresse que os mesmos apresentam em relação aos serviços prestados e a instituição, sendo possível perceber que, no âmbito da assistência social, neste município, as mulheres estão mais voltadas que os homens quando se fala em propagação de seus direitos e de sua cidadania.

Segundo os dados, o que se percebe é que boa parte das pessoas do sexo masculino referenciadas ao centro, não compreendem o significado que o mesmo possui. Onde, muitos afirmam não terem tempo para procurar a instituição, ao passo em que outros pensam que a importância dos serviços assistenciais estão voltados apenas ao Bolsa Família e a cozinha comunitária.

São muitas as dúvidas percebidas em meio a este público, mas em contrapartida, todos fizeram por onde ressaltar a importância que ações do CRAS I vêm desempenhando na comunidade, independentemente de estarem atentos ou não aos serviços, compreendem que os mesmos já têm ajudado muitas pessoas, inclusive dentro de suas próprias famílias.

Seguindo o viés das estimativas, agora no que se refere ao estado civil dos entrevistados, pôde-se notar que mais de 50% dos entrevistados possuem uma vida conjugal estável, onde 27% vivem em união consensual e outros 27% são casados civil ou religiosamente. Apenas 20% do total de entrevistados encontram-se solteiros, número este respectivo ao de viúvos. E por último apenas 6% estão separados ou divorciados, comprovando que o convívio familiar e seus vínculos afetivos vêm sendo bastante focados, preservando dentre outros o protagonismo de seus membros, como se pode identificar com o gráfico a seguir, o qual faz perceber que as ações em meios aos seus objetivos estão de certa forma sendo efetivadas.



Fonte: Primária

Voltando-se neste momento para o contexto socioeconômico da entrevista, quando foi perguntado se os mesmos recebiam algum tipo de benefício ou aposentadoria, 60% afirmaram que sim, onde deste total 67% afirmaram receber Bolsa Família e 33% aposentadoria ou BPC. Deste modo, é notório o impacto que os benefícios e programas assistências como o Bolsa Família, um dos principais programas de transferência de renda já estabelecidos, ocasionou na vida de muitas famílias, destacando que em alguns casos a renda deste benefício torna-se a única da família.

Implementado pelo Governo Federal no ano de 2003 objetivando combater a fome e a pobreza no país, este programa como se pode perceber, vem seguindo o processo de reforma das políticas sociais que vem sendo desenvolvida no país desde os anos de 1980, onde o foco deixa de ser exclusivamente o indivíduo passando a centrar-se agora na família.

Desta forma, é evidente que a decisão de se tomar a família como unidade de intervenção está respaldada no argumento de que as políticas de proteção à família teriam e tem maior potencial de impactar as condições de vida da população pobre (DRAIBE: 1997), justificando assim, o bom percentual de famílias, com renda inferior a R\$ 120,00 por pessoa, pertencentes ao PBF no município.

No tocante ao próximo quesito, foi perguntado aos entrevistados se eles encontravam-se atualmente desempenhando ou realizando alguma atividade remunerada,

mas precisamente, se eles estavam trabalhando independentemente da função. No entanto, pode-se perceber uma característica fortemente presente em nossa sociedade, pois, apenas 33% responderam que sim, onde mais que o dobro deste resultado 67% encontram-se desempregados.

Verifica-se aqui a importância e a real necessidade da efetivação dos serviços do CRAS I, levando-se em conta que a construção do mesmo representa a viabilização de um trabalho que combina prevenção com atendimento a demandas específicas, dentre elas, estas pessoas que se encontram ou julgam-se encontrar-se incapacitadas profissionalmente (GARCIA: 2006).

Atualmente, o desemprego apresenta uma amplitude nacional e caracteriza-se pela sua extraordinária intensidade. Além disso, seus índices não têm paralelo com outros momentos da história nacional (MATTOSO: 2000). Portanto, algo precisa ser feito quando se leva em conta que muitas vezes a ocorrência de distúrbios psicológicos e à baixa na autoestima, assim como a emergência e o agravamento de problemas sociais são os principais impulsionadores deste problema que abrange boa parcela da população.

Deste modo, é sabendo que o desemprego hoje é um dos principais problemas sociais afetando necessariamente o convívio familiar, que o CRAS I vem atuar no município de forma a tentar minimizar este problema que segundo a pesquisa ainda se mostra bastante evidenciado entre os usuários.

Esta atuação visando à melhoria da qualidade de vida da população pauperizada vem ser possível através dos cursos de geração de renda ou inclusão produtiva como os que foram presenciados e vivenciados durante o período de observação participante, onde puderam ser desenvolvidos os cursos de pintura em tecidos assim como os de fabricação artesanal de objetos decorativos, fazendo com que aquelas pessoas encontradas fora do mercado de trabalho passe a ser capacitada para exercer uma profissão, elevando sua autoestima e preservando os vínculos familiares.

Quando foi perguntado acerca da renda familiar, os valores afirmados variaram entre R\$ 60,00 a R\$ 510,00, possibilitando uma média aritmética de aproximadamente R\$ 339,00 por família. Neste sentido, foge-se um pouco ao direito do mínimo social pretendido e estabelecido pela LOAS (lei 8.742/93) em seu artigo primeiro onde afirma que

“Art. 1º A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas”.

E em seu inciso quinto, onde defende

“V - a garantia de 1 (um) salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família”.

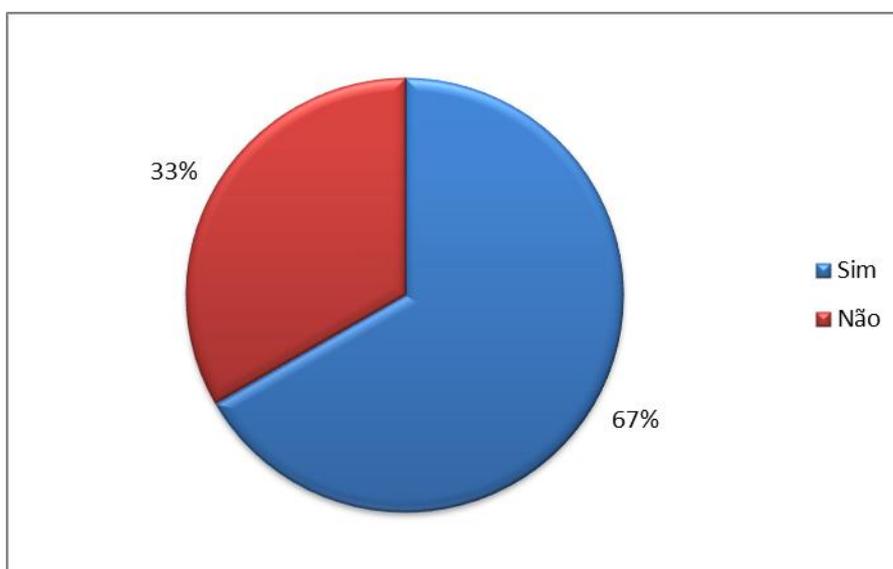
Observa-se assim, que mediante a conjuntura do neoliberalismo atual, a provisão destes mínimos sociais torna-se restrita, seletiva e residual, levando-se em conta que, em alguns casos onde se pôde observar condições de pobreza absoluta, o mesmo não existe, como foi comprovado pelas pesquisas, concluindo que nem sempre é necessário e fundamental a concepção da real necessidade humana para o estabelecimento destes mínimos sociais, mostrando a contrariedade que envolve este contexto e o quanto devem ser estratégicos os profissionais, aqui em especial os do CRAS I, no estudo sócio familiar em sua área de abrangência, verificando e atuando realmente de forma justa e igualitária, podendo assim, proporcionar o mínimo social para a quem dele necessita.

Dando continuidade a entrevista, foi perguntado desta vez, se os mesmos teriam conhecimento dos programas assim como dos projetos e serviços ofertados pelo CRAS I. Neste âmbito foi possível constatar que 73% dos entrevistados, de uma forma ou de outra, estão atento à atuação do CRAS I, onde outros 27% afirmaram que mesmo estando cadastrados e ao mesmo tempo vivenciando situações de riscos sociais, ainda assim, não procuraram tomar conhecimento acerca destas ações e serviços prestados.

Isso pode ser justificado pela recém e atual fase de territorialização como já foi citada anteriormente, onde de início impõe alguns desafios à prática profissional e a sua efetivação em meio às necessidades sociais presentes em meios aos usuários, ao mesmo tempo em que coincidência ou não, o percentual negativo se equivale ao de pessoas do sexo masculino entrevistados, podendo comprovar que a carência das ações voltadas a este público, como já foi citada, é um desafio que necessita ser superado em meio ao dever de buscar a universalização dos direitos pra todos os usuários e não só a um publico específico. No entanto, verifica-se que boa parcela da população de sua área de abrangência já está buscando se conscientizar acerca de seus direitos, comprovando que o CRAS I além de estar tentando potencializar o alcance as ações e políticas sociais, esta

promovendo o apoio para manter e sustentar os vínculos familiares e comunitários, com todos os bons efeitos que tem na sociedade.

Seguindo a mesma linha, foi indagado a estas pessoas que afirmaram ter conhecimento do que é ofertado pelo centro, se os mesmos participam ou se já participaram de algum grupo, projeto ou serviço aos quais são oferecidos.



Fonte: Primaria

Através dos dados e do gráfico, pode ser visto que, boa parte daqueles que afirmaram ter conhecimentos dos serviços ainda assim não procuraram usufruir do que é seu por direito. No entanto, a maior parte que afirmaram participar, releva através de seus comentários, a importância que em especial os grupos de convivência voltados para os idosos e para as gestantes vinham proporcionar para as suas vidas.

Estes grupos aos qual a maioria afirmaram participar ou ter conhecimento, vêm tentar suprir os problemas adquiridos em meio a uma sociedade tão injusta e desigual, proporcionando uma maior interação entre os participantes e ao mesmo tempo buscando aproxima-los da realidade oferecida pelos profissionais da instituição, criando acima de tudo um clima de cordialidade e amizade entre ambos.

Prosseguindo com a entrevista, antes de se aprofundar mais na relação instituição e usuários, torna-se necessário, buscar saber os motivos ou as inquietações que impulsionaram os mesmos a procurar a respectiva instituição, sendo que todos independentemente de estar usufruindo dos serviços ou não, estão cadastrados. Neste

sentido, nada justificaria melhor do que algumas respostas expostas por eles, onde para preservar a integridade física dos mesmos, serão identificados apenas pelas iniciais.

“(…) O que motivou eu a procurar o CRAS I, foi a assistente social de lá que veio aqui em casa e me convidou pra participar do grupo de gestante aí eu fui”. (D. A. S.)

“(…) E só fui me cadastrar porque minha vizinha que já tava lá veio me aconselhar. Porque agente nunca sabe quando precisa né! Ai é melhor fica prevenido”. (M. S. S. C.)

“(…) Foi através da visita da agente de saúde, eu tava passando precisão e ela me mandou procurar o CRAS I”. (A. A. F.)

“(…) Porque meu filho tava precisando de um acompanhamento com o psicólogo, ai encaminharam agente pra lá”. (M. A. V. S.)

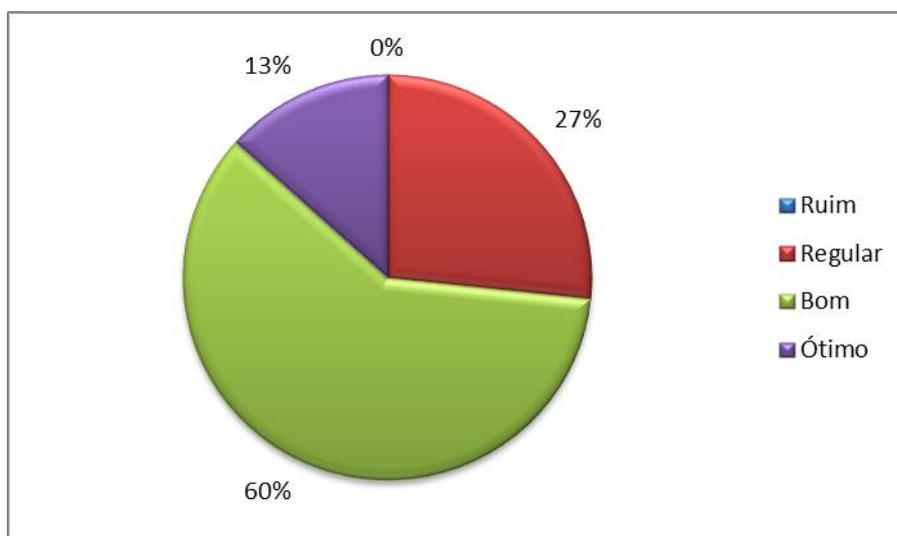
Através destes comentários, podemos perceber a amplitude do contexto das necessidades operantes nas mais variadas formas de convívio, seja por precisão ou ate mesmo para se prevenir da mesma, o motivo sempre estar relacionado ao descaso do sistema capitalista, que torna a população já fragilizada economicamente mais vulnerável e dependente dos serviços que lhe são prestados, restando às instituições executoras das políticas sociais, em especial o CRAS I, responsáveis diretas pela prevenção das mazelas sociais, tentando, mesmo que timidamente, melhorar a qualidade de vida daqueles que se encontram as margens da sociedade.

Portanto, é nesta perspectiva que foi empregada o próximo questionamento onde, sabendo das atribuições que são competidas ao CRAS I, foi perguntado as opiniões dos entrevistados acerca da atuação deste centro em suas comunidades. Quanto a isto, as respostas se mostraram quase que unanimemente positivas, levando-se em conta que alguns optaram por afirmarem que mesmo sendo uma atuação convincente, ainda precisa melhorar um pouco, devido perceberem uma realidade ainda longe da pretendida por eles.

Mesmo assim, neste sentido, pode-se ate dizer que o CRAS I é hoje um dos equipamentos da Política de Assistência Social de maior diálogo e intercâmbio com a comunidade dentro do município, focando sua atuação na prevenção dos riscos sociais assim como no fortalecimento do protagonismo familiar, atendendo a toda área de abrangência com o apoio de parcerias que são de fundamental importância na solução dos problemas voltadas a comunidade.

No que se refere aos vínculos familiares, compreendendo que se trata de uma das principais prioridades da atuação profissional, foi possível, ao indagar sobre como eles

julgam a atuação do CRAS I na busca pela melhoria da qualidade de vida de sua família, obter os seguintes resultados:



Fonte: Primária

A partir do exposto podemos identificar que 73% confirmam como positiva a atuação do CRAS I em meio ao seio familiar como mostra o gráfico, proporcionando aos mesmos benefícios como

“(…) O grupo de gestante, pois pude contar com orientações que me ajudaram muito, além do quite que me deram com tudo que eu precisava”. (D. A. S.)

“(…) Ter colocado nós pra aumunçar na cozinha comunitária que tem lá no CSU, porque só em ver meus netim tudo de barriga cheia já da felicidade, muita felicidade mesmo”. (P. I.)

“(…) Ter ajudado meu filho, pois é a pessoa mais especial que eu tenho na vida”. (M. A. V. S.)

“(…) Umas cesta básica que deram a nois bem três meses, porque nois num tinha como comprar muita coisa, ai fomo atrás”. (A. S.)

Assim, percebe-se que mesmo diante os empecilhos postos a prática dos profissionais empregados a formar o CRAS I, o mesmo tenta em meio a sua atuação dar efetivação a Proteção Social Básica no município, como mostrou estatisticamente os resultados proporcionados pela entrevista.

Contraído alguns resultados negativos, como por exemplo, a carência de ações voltadas ao gênero masculino, sendo que os mesmo encontram-se alheios ainda aos serviços ofertados, a pesquisa pôde mostrar que quando se fala em família e comunidade

os resultados positivos foram sempre maiores, ao passo que é praticamente improvável agradar a todos.

Neste sentido, o CRAS I, segundo os resultados, buscou de varias maneiras atuar com famílias e indivíduos em seu contexto comunitário, a fim de orientá-los e possibilitar o fortalecimento de seus vínculos através dos grupos, das visitas, dos atendimentos internos, dentre outros.

Assim, subentende-se que através do CRAS I, muitas famílias estão tendo a oportunidade de mudar a realidade. São famílias que encontram alternativas pra ajudarem seus filhos, idosos que voltam a ter estímulos, recuperam autoestima, convivem com outros idosos, além das gestantes que podem ter seus filhos com dignidade e conforto através dos quites oferecidos. Desta forma, na ânsia de resolver as desigualdades focadas na dicotomia de classes, muito ainda precisa ser feito, mas já é perceptível que muito já vem sendo realizado no tocante aos mais necessitados, seletivamente ou não, confirma-se que os serviços estão sendo oferecidos e postos em prática e que na medida do possível a Proteção Social Básica vem sendo efetivada no município.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível perceber que a trajetória da Assistência Social, em meio aos tantos contextos vivenciados, foi muito conturbada em todo o mundo, sendo assim caracterizada pelas suas múltiplas funcionalidades e conceitos ao decorrer dos séculos.

Como política, em especial no Brasil, fundamentou suas bases em meio à superação dos antagonismos sociais, agindo, de acordo com o momento histórico, com o objetivo de atuar na resolução dos problemas e na superação das necessidades de suas demandas, sendo estas estigmatizadas como “uma população destituída de poder, trabalho, informação, direitos, oportunidades e esperanças”. (YASBEK: 2004)

Neste âmbito, em meio a um campo tão vasto de atuação e eclético de instituições focadas no cerne das questões sociais, uma em especial foi levada mais em conta ao desenvolvimento da pesquisa. Buscando compreender se a segurança da vivência familiar assim como do convívio comunitário dentro do município estavam recebendo atenção especial pelo CRAS I, foi exposto uma análise que, fortalecida pelas respostas as entrevistas, mostrou, através de percentuais sempre acima da média, a importância desta instituição como equipamento da Política Nacional de Assistência Social, pois, segundo a mesma, este centro exerce um papel de fundamental importância para o município, onde

“(…) sob a orientação do gestor municipal de assistência social, realiza o mapeamento e a organização da rede socioassistencial de proteção básica, além de promover a inserção das famílias nos serviços socioassistenciais locais. Cabendo também ao CRAS encaminhar a população local para as demais políticas públicas e sociais, possibilitando ações intersetoriais”. (PNAS:2004)

Desta forma, restou saber em meio a tanta relevância, se o CRAS I através de sua política de atenção básica, vem promovendo a cidadania e o fortalecimento dos vínculos familiares em meio a uma realidade tão capitalista e neoliberal.

Assim, percebendo a força da contrapartida vigente, foi observado que algumas estratégias são realmente postas em práticas e aceitas positivamente pelos usuários, os quais fizeram questão de tornar explícito o valor significativo que os grupos de orientações

socioassistenciais assim como os atendimentos e encaminhamentos realizados pela instituição assumiram em suas vidas. Portanto, mesmo longe de uma sociedade justa e igualitária, pode-se perceber que o CRAS I, em meio aos seus princípios e aos problemas postos a sua prática profissional, vem tentando zelar pela universalização dos direitos no que se refere a sua área de abrangência, fundamentando sua direção, como foi analisado, na luta diária pela efetivação da Proteção Social Básica no município, não esquecendo sempre das limitações que lhe são impostas.

No mais, a pesquisa pode também proporcionar, no âmbito teórico, conhecimentos acerca dos avanços assistenciais, enfatizando necessariamente as conquistas sociais nos últimos vinte anos, proporcionando informações de grande relevância ao exercício das políticas sociais, assim como, para as práticas profissionais voltadas a trabalhar em meio a este contexto, além de propiciar conhecimentos sobre a forma como os serviços são oferecidos aos usuários pelo o CRAS I, e mais precisamente sobre os impactos ocasionados pelos mesmos.

REFERENCIAS

BEHRING, Elaine Rosseti. **Políticas Sociais: fundamentos e história**. São Paulo: editora Cortez, 2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Brasília, DF: Senado, 2006.

_____. **LOAS (1993)**. Presidência da Republica. Lei orgânica da Assistência Social, nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, publicada no DOU de 8 de dezembro de 1993.

_____. **Política Nacional de Assistência Social**. São Paulo – SP – Editora Cortez, 2004.

_____. **Norma Operacional Básica**. (SUAS). Brasília, 2005.

DRAIBE, S. **A construção institucional da política brasileira de combate à pobreza: perfis, processos e agenda**. Caderno de Pesquisa n. 34. Campinas: NEPP/UNICAMP, 1997.

GARCIA, Joana. **Política Social e Serviço Social: contextos distintos, desafios semelhantes**. Revista Serviço Social e Sociedade; n. 87. Ano XXVIII; São Paulo: Cortez 2006.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: editora Atlas, 1999.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade; trabalho e formação profissional**. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 1999.

MATTOSO, Jorge. **O Brasil desempregado**. 2ª edição. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

MINAYO, Maria Cecília de Sousa (org). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 23ª edição, Petrópolis. Vozes, 2004.

MOTA, Ana Elizabete. **Cultura e crise da Seguridade Social**. São Paulo. Editora Cortez, 1995.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3ª edição – 9. Reimpr. – São Paulo: editora Atlas, 2008.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira. **A assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise**. 6ª edição. São Paulo: editora Cortez, 1995.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Editora Atlas, 1987.

YASBEK, Maria Carmelita. **A assistência na prática profissional: história e perspectiva**. In. Revista Serviço Social e Sociedade. Ano XXVII – n. 85 – Março. São Paulo: Editora Cortez, 2006.